



## DELIBERAÇÃO (274/PGEN/DF/2019 - 1/PCONTAS/DF/2019)

## ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2018

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar referente ao ano de 2018, que apresenta os seguintes movimentos:

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:

Saldo do ano anterior: - três milhões, noventa e três mil, setecentos e vinte sete euros e cinquenta cêntimos (3.093.727,50€);

Receita cobrada: - vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e três euros e vinte sete cêntimos (23.258.703,27€);

Despesa paga: - vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta euros e trinta e sete cêntimos (23.158.850,37€);

Saldo para a Gerência Seguinte: - três milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e oitenta euros e quarenta cêntimos (3.193.580,40€);

Proveitos e Ganhos: - vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa euros e trinta e cinco cêntimos (24.367.890,35€);

Custos e Perdas: - vinte e três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte seis euros e oitenta cêntimos (23.394.826,80€);

Resultado Líquido do Exercício: - novecentos e setenta e três mil, sessenta e três euros e cinquenta cêntimos (973.063,50€).

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos documentos e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33. ° e da alínea 1) do n.º 2 do artigo 25. ° do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "São apresentados em termos de



execução orçamenta, os seguintes elementos:

Saldo do ano anterior: - três milhões, noventa e três mil, setecentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos (3.093.727,50€);

Receita cobrada: - vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e três euros e vinte e sete cêntimos (23.258.703,27€);

Despesa paga: - vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta euros e trinta e sete cêntimos (23.158.850,37€);

Saldo para a Gerência Seguinte: - três milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e oitenta euros e quarenta cêntimos (3.193.580,40€);

Proveitos e Ganhos: - vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa euros e trinta e cinco cêntimos (24.367.890,35€);

Custos e Perdas: - vinte e três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e seis euros e oitenta cêntimos (23.394.826,80€);

Resultado Líquido do Exercício: - novecentos e setenta e três mil, sessenta e três euros e cinquenta cêntimos (973.063,50€).

Da análise do documento e do cruzamento com o que foi a gestão de 2018 no terreno, verifica-se a existência dum exercício que se pautou no essencial, por um sistema de gestão corrente, sem investimentos, onde o mote se continua a centrar em projeções, em estudos e em projetos, que teimam em não arrancar e em adiar o desenvolvimento e a sustentabilidade do concelho de tomar.

Tudo demora muito tempo, o que se traduz no adiamento, mês após mês, das necessidades de desenvolvimento, de atração de mais empresas, de criação de mais emprego, de atração de mais população, de fixação dos que cá estão.

A capacidade de endividamento passou de 0,9 milhões para 18 milhões de euros, uma melhoria, uma oportunidade para criar mais desenvolvimento, que não está a ser aproveitada, que evolui, muito lentamente, a par com os instrumentos de gestão do território, o PDM, os planos de pormenor, os projetos de requalificação urbana. Tudo sem ritmo, sem ambição, sem futuro.

Em termos de prestação de serviços de gestão do território (o PDM, os planos de pormenor, os projetos de requalificação urbana), surgem números demasiado elevados, para os resultados que tardam em aparecer, que se refletem nos seguintes números:

2016 - 612 511,92€;

2017 - 940 400,92€;

2018 - 790 523,56€.

São cerca de 2 343 436€, em três anos uma despesa em prestações de serviços, em estudos e

projetos, cujos resultados não se sentem, nem se vêm.

As transferências para as freguesias têm vindo a diminuir, em 2016 representavam 1 040 982,17€, em 2017 representaram 1 496 809,99€ e em 2018 847 265,70€.

Os licenciamentos, as taxas diminuíram, os primeiros de 77 586,10€ para 66 104,10€ e as taxas de 240 272,88€ para 221 454,18€, um sinal de falta de investimentos e incentivos na área da reabilitação, da construção. O ciclo do investimento da reabilitação não dispara, não evolui, não se atraem empresas, como acontece em boa parte do país.

A diminuição da população no concelho de Tomar, é muito preocupante e tem de ser invertida, pois um concelho sem gente, tende para um concelho frágil e moribundo, em 2001 eram 42 915 Tomarenses, em 2011 eram 40 497, em 2015 eram 38 833, em 2016 eram 37 989 e em 2017 eram 37 573.

Muitas rúbricas podiam ser referenciadas neste documento, muitos números, que nos causam preocupação, mas o mais importante a referenciar é a ausência de uma política, que alavanque Tomar de forma eficaz, em termos de desenvolvimento, de criação de riqueza, de sustentabilidade, de mais justiça social, uma política que atraia mais população e que estanque a sua saída e que atrai os mais jovens.

Resultados dum exercício em 2018, que consideramos escassos, num processo que se rege por uma politica de gestão do dia adia, sem futuro e sem ambição.

Votação: Os vereadores eleitos pelo PSD, José Delgado, Célia Bonet e Luís Ramos, votaram contra o ponto 2 da ordem do dia, em conformidade com o exposto anteriormente.".

Tomar, 15 de abril de 2019

Seguimento:

-À DF p/ os devidos efeitos

A Presidente da Câmara

Anabela Treitas

A Coordenadora Técnica

Avelina f.eal